ESTATUTO DO SINDICATO DOS DESPACHANTES DO TRIÂNGULO MINEIRO

CAPÍTULO I

Art. 1º. - O Sindicato dos Despachantes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (não aduaneiros), sociedade civil sem fins lucrativos e de duração ilimitada, reconhecido em 13 de maio de 1988, declarado de utilidade pública, conforme lei Municipal no. 5185 de 06 de dezembro de 1990 e de acordo com a Lei 10.406 de 2002, com sede e foro nesta cidade e comarca de Uberlândia/MG, constituído para fins de estudo, coordenação, projeção e representação legal da categoria profissional de Despachantes de Trânsito na Base Territorial compreendida em toda a região do Triângulo Mineiro, conforme estabelece a legislação em vigor sobre a matéria, e também, com intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais Associações no sentido de solidariedade social e da sua subordinação aos interesses nacionais e da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º. - A base territorial deste Sindicato, tem abrangência em todos os municípios compreendidos na região do Triângulo Mineiro, quais sejam Araguari, Água Comprida, Araporã, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Fronteira, Frutal, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiacu, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Pirajuba, Planura, Prata, Santa Vitória, São Francisco de Sales, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas e Veríssimo.

Art. 3º. - A sede deste Sindicato é no município de Uberlândia – Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único - Este Sindicato poderá criar sub-sedes, e/ou nomear delegados, onde se fizer necessário, nos municípios de sua base territorial, obedecidas as determinações deste estatuto e da legislação em vigor.

DAS PRERROGATIVAS DO SINDICATO

- Art. 4º.** -
- a) Representar a classe dos despachantes de trânsito e despachantes (não aduaneiros) e pugnar pela defesa de seus interesses, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais de sua categoria profissional ou os interesses individuais de seus associados;
 - b) Pugnar por manter sempre elevado o nível moral, intelectual e social de seus associados;
 - c) Celebrar contratos de interesses de seus associados, inclusive convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho;
 - d) Eleger e designar os representantes de respectiva categoria;
 - e) Colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a sua categoria profissional;
 - f) Impor contribuição a todos àqueles que participem da categoria

representada, nos termos da legislação vigente;

g) Criar empresas sem fins lucrativos que gerem renda para a manutenção do Sindicato;

h) Fixar a contribuição dos associados em Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO

Art. 5º. – a) Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade da classe representada;

b) Manter serviços de assistência para os associados;

c) Promover a conciliação nos dissídios de trabalho;

d) Promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito.

e) Exercer suas atividades de acordo com os interesses da classe representada

f) Observar a lei, os princípios da moral e da ética

g) Proibir o exercício de qualquer atividade econômica, na Sede do Sindicato Dos Despachantes Do Triangulo Mineiro, e que vá de encontro com os interesses do mesmo;

h) Manter permanente contato com os associados, ouvindo suas reivindicações de melhorias para o exercício da atividade de despachante;

i) Manter serviços de assistência jurídica aos associados, de caráter extrajudicial;

j) Defender e preservar, junto às respectivas autoridades e órgãos públicos, o livre acesso e circulação do despachante no local onde exerça suas atividades, como representante legal de seu constituinte

k) Firmar convênios e promover cursos para a formação e aperfeiçoamento técnico-profissional da classe dos despachantes;

CAPÍTULO II

DA QUALIFICAÇÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 6º. - Compreende-se por Despachante o indivíduo a quem compete a intermediação entre cartórios, repartições públicas, sejam elas federal, estadual ou municipal, e aqueles que tenham quaisquer interesses a tratar junto a estes órgãos, excluindo o que diz respeito às atividades próprias do despachante aduaneiro.

Parágrafo Único : É vedado ao despachante o desempenho de qualquer cargo ou função pública.

Art. 7º. - Os despachantes na forma do artigo anterior desempenharão suas funções como mandatários dos interessados, podendo praticar todos os atos de representação, observadas as restrições contidas no parágrafo primeiro do artigo 661 do Código Civil Brasileiro.

Art. 8º. - Aos despachantes incumbe colaborar com as autoridades visando ao eficiente atendimento do legítimo interesse dos administradores.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 9º. - Todo indivíduo que participe da categoria profissional de Despachante nos termos deste estatuto, satisfazendo as exigências da legislação sindical, aos requisitos de idoneidade moral e ao pronunciamento da Diretoria, poderá ser admitido como sócio no Sindicato, salvo a falta de idoneidade do candidato, com recurso para a autoridade competente.

Parágrafo Único: É garantido o direito de associação a todos que preencherem os requisitos legais da profissão de Despachante, mas a autorização para o exercício profissional Junto ao Departamento de Transito estará condicionada a abertura de vagas, que será calculada na medida de (01) um Despachante para cada 8000 (oito mil veículos) registrados na comarca.

DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 10º. - a) Assistir às Assembléias Gerais e tomar parte de todas as suas discussões;

b) Votar e ser votado para cargos administrativos;

c) Propor sócios;

d) Pedir a Diretoria, informações sobre assuntos que sejam de seus interesses e concernentes ao Sindicato;

e) Apresentar quaisquer memoriais, indicações ou propostas de utilidade para o Sindicato e para as classes que compõe e utilizar-se, nas condições estipuladas pela diretoria, de todos os serviços mantidos pelo Sindicato;

f) Requerer, mediante justificativa assinada por pelo menos 1/10 (um décimo) dos associados quites com as contribuições associativas e demais estipulada, a convocação de Assembleia Extraordinária;

g) Frequentar a sede social e utilizar-se nas condições, modos e horários estipulados pela Diretoria, de todos os serviços e benefícios mantidos pela entidade.

Parágrafo Único – Os direitos sociais são intransferíveis e estes poderão nomear 01 (um) preposto, desde que apresente os documentos necessários (GFIP, CTPS, atualizados), como auxiliares imediatos e funcionará expressamente sob a responsabilidade do titular, cabendo a este toda a responsabilidade pelos atos realizados pelo preposto perante a autoridade pública e privada.

Art. 11º- De todo ato lesivo ao direito ou contrário a este Estatuto emanado da Diretoria ou da Assembleia Geral, poderá qualquer associado recorrer, dentro de 30 (trinta) dias, para a autoridade competente.

Art. 12º- Perderá seus direitos o Associado que por qualquer motivo deixar o exercício da categoria profissional, exceto nos casos de aposentadoria, desemprego, falta de trabalho, convocação para prestação de serviço militar obrigatório em que não perderá os respectivos direitos sindicais e ficará isento de qualquer contribuição.

Parágrafo Único – Os associados mencionados na exceção não poderão exercer cargos de administração sindical ou de representação.

DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 13º. - a) Comparecer às Assembleias Gerais; e acatar as suas decisões;

b) Empregar seus esforços para que, nos contratos de sociedade mercantil em que possam intervir, se torne obrigatória a decisão arbitral do Sindicato nas dúvidas que se suscitarem;

c) Prestar, quando solicitados, informações destinadas à manutenção dos serviços informativos da entidade, inclusive para órgão ou departamentos que vierem a ser organizados e fundados, mesmo aqueles de interesse exclusivamente sociais;

d) Exercer os cargos ou comissões para os quais forem eleitos ou nomeados;

e) Pagar a contribuição fixada pela Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente;

f) Cumprir este Estatuto, o Código de Ética, os regulamentos, e regimentos expedidos para a sua execução e as deliberações das Assembleias Gerais;

g) Concorrer para a realização dos fins sociais do Sindicato;

h) Não tomar deliberação de interesse direto ou vital da classe representada, sem prévio pronunciamento da diretoria.

i) obstar ou dificultar, sob qualquer pretexto, a fiscalização do órgão competente.

j) demonstrar incompetência ou negligência no exercício de suas atividades;

k) Transitar nas dependências dos órgãos públicos sem portar a respectiva carteira de identificação (crachá);

l) Dar entrada em documentos agenciados ou angariados por despachante que não tenha título ou teve o seu cassado ou suspenso;

m) O Despachante é responsável por si e por qualquer preposto que estiver legalmente sob sua responsabilidade, pelo prejuízo que causar aos seus comitentes ou ao erário público;

n) A responsabilidade administrativa e a pena não exime o Despachante da

responsabilidade civil ou criminal cabíveis, nem do pagamento da indenização a que ficar obrigado, nos termos da lei;

o) respeitar e obedecer ao código de ética, regimento interno e as normas instituídas neste estatuto e zelar pelo patrimônio do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro

SERÃO SUSPENSOS OS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 14º. - Que desacatarem a Assembleia Geral ou a Diretoria, nos limites deste Estatuto, bem como no trato e zelo profissional condizentes com a ética profissional.

Parágrafo Único: Sofrerão as mesmas penalidades aqueles profissionais que desrespeitarem convenção e normas aprovadas pela Diretoria e ratificadas em assembleia geral;

SERÃO ELIMINADOS DO QUADRO DOS ASSOCIADOS

Art. 15º. - a) Que por má conduta, espírito de discórdia ou falta contra o patrimônio moral ou material do Sindicato, se constituírem em elementos nocivos a entidade;

b) Que sem motivo justificado, se atrasarem em mais de 03 (três) meses no pagamento de suas mensalidades;

c) ser condenado em decisão criminal irrecorrível, por prática de crime, capitulado na Legislação Penal Brasileira, ou ser partícipe de escândalo que diminua o seu conceito social.

Art. 16º. - As penalidades serão impostas pela Diretoria, afetas às autoridades de trânsito;

Parag.1º- A aplicação das penalidades de nulidade aplicadas pela Diretoria deverá preceder à audiência do Associado, o qual deverá aduzir por escrito a sua defesa no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação;

Parag.2º - Da penalidade imposta caberá recurso, de acordo com a legislação vigente;

Parag.3º- A simples manifestação da maioria não basta para a aplicação de quaisquer penalidades, as quais só terão cabimento nos casos previstos em Lei, neste Estatuto e no Código de Ética;

Art. 17º. - Os Associados que tenham sido eliminados do quadro social, poderão reingressar no Sindicato desde que se reabilitem a juízo da Assembleia Geral, ou liquidem seus débitos quando se tratar de atraso no pagamento.

Art. 18º. Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da diretoria executiva, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

Parágrafo Primeiro: São penas disciplinares aplicáveis aos despachantes:

- I. Repreensão;
- II. Multa de ½ (meio) a 03 (três) Salários Mínimos;
- III. Suspensão até sessenta dias;
- IV. Cassação do Título de Credenciamento de Despachante;

Parágrafo Segundo: As penas disciplinares contidas neste artigo , serão aplicadas pela Diretoria e comunicadas expressamente a Autoridade responsável pelas atividades de Transito da Comarca e constarão de seus assentamentos individuais

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 19º - São órgãos que compõem o Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro:

- I – a Assembléia Geral;
- II – a Diretoria;
- III – o Conselho Fiscal.
- IV – o Conselho de Ética e Disciplina.

SEÇÃO II **DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Art. 20º. - A Assembléia Geral, composta pelos associados, é o órgão máximo da estrutura hierárquica do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro; é soberana nas decisões não contrárias as leis e tem atribuição de:

- I – estabelecer as diretrizes gerais de ação do Sindicato e verificar sua eficácia.
- II – apreciar aos recursos que lhe forem dirigidos;
- III – aplicar as penalidades previstas neste Estatuto;
- IV – deliberar sobre a ordem do dia, a qual estará amparada a qualquer assunto de relevância e interesse do Associado, com forma consignada na legislação Brasileira;
- V – Deliberar sobre a tomada e aprovação de contas da diretoria e a proposta orçamentaria.

§ 1º - As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas, em primeira convocação, por maioria absoluta de votos dos associados e, em segunda convocação, por maioria de votos dos associados presentes, salvo nos casos em que o Estatuto exija quórum especial.

§ 2º - A votação das matérias deverá ser feita por escrutínio aberto.

§ 3º - Os Membros da Diretoria e o seu Presidente, quando da aprovação de contas estarão impossibilitados de votar, somente em caso de empate o Presidente da Assembléia comparecerá com o voto de Minerva, para o fim de concluir com a proposta em votação.

Art. 21º. – A assembléia Geral será realizada com a presença exclusiva dos associados que estiverem enquadrados nas disposições a seguir, salvo pessoas convidadas ou convocadas pelo Presidente do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro.

I – estejam com as contribuições sindicais em dia;

II – estejam em pleno gozo dos direitos sindicais;

Parágrafo único – Aos convidados e convocados, que participarem da Assembléia Geral, será assegurado o direito ao uso da palavra, contudo, não poderão exorbitar deste direito, sob pena de ser cassada a referida participação.

Art. 22º. - A Assembléia Geral reunir-se-á:

I – ordinariamente, para tomada de contas da Diretoria, até 30 de Junho de cada ano; e para discussão e votação de previsão orçamentária, até 30 de novembro de cada ano.

II – extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente, pela maioria da Diretoria ou do Conselho Fiscal ou, ainda, por 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto, especificada pormenorizadamente as razões de sua convocação.

§ 1º - As Assembléias Gerais Extraordinárias só poderão:

a) tratar dos assuntos da “Ordem do Dia” constantes no edital de convocação.

b) serem instaladas em primeira chamada, após a convocação, com a maioria absoluta dos associados e, em segunda chamada, no mínimo meia hora e, no máximo, vinte e quatro horas após, com a presença de qualquer número de associados.

§ 2º - A Assembléia Geral, quando convocada pelos associados, só terá validade se realizada com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos signatários do requerimento que originou a sua convocação.

§ 3º - À convocação da Assembléia Geral, quando requerida pela Diretoria, do Conselho Fiscal ou pelos associados, observado Inciso II do Art. 14, deve ser feita pelo Presidente do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data do requerimento, podendo realizá-la então no prazo máximo de 20 (vinte dias) corridos.

§ 4º - As Assembléias Gerais serão realizadas mediante convocação, por edital afixado na sede do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro, com resumo publicado em jornal de grande circulação na base territorial do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro, ou no Diário Oficial do Estado. Com antecedência mínima de três dias ou através de correspondência enviada a

cada associado, acompanhada de (AR) Aviso de Recebimento, ficando também facultada por parte da Diretoria, a divulgação por outros meios eletrônicos disponíveis.

§ 5º - A Assembléia Geral Eleitoral terá como finalidade a eleição dos órgãos diretivos e de representação do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro.

Art. 23º. – É de competência exclusiva da Assembléia Geral:

- I – tomar e julgar as contas da Diretoria, acompanhadas ou não do parecer do Conselho Fiscal;
- II – Eleger os órgãos de direção e representação do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro;
- III – julgar os pedidos de impedimentos temporários ou definitivo do Presidente do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro e demais membros dos órgãos de direção e representação da Entidade;
- IV – autorizar a aquisição, aplicação e alienação do patrimônio imobiliário sindical;
- V – autorizar a dissolução do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro;
- VI – alterar o estatuto do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro;
- VII – resolver os casos omissos e dirimir as dúvidas surgidas em razão dos dispositivos deste Estatuto, ou, ainda, referendar solução adotada;
- VIII – deliberar sobre a proposta orçamentária apresentada pela Diretoria, bem como autorizar o remanejamento, suplementação e aplicação do excesso de arrecadação dessa proposta;
- IX – designar Junta Governativa, com tantos membros quantos forem os cargos da Diretoria, para exercer as atribuições desta em caso de vacância;
- X – aprovar o Código de Ética da Categoria e suas alterações;
- XI – fixar as gratificações mensais a serem pagas a título de ajuda de custo e ou verba de representação, aos membros dos órgãos de direção ou de representação do Sindicato Dos Despachantes Do Triângulo Mineiro, que esteja, efetivamente, afastado de suas atividades profissionais, para atender os interesses do Sindicato;

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 24º. - A administração do sindicato será exercida por:

- I – Uma diretoria composta por 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral, os quais elegerão entre si o Presidente, Secretário e Tesoureiro, bem como os suplentes.

II – Um conselho Fiscal composto por 3 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral;

III – Irão auxiliar na Administração do Sindicato, as Comissões:

- a) Ética;
- b) Esportes e Lazer;
- c) Assistência Social;

IV – Poderão ser nomeados Delegados Sindicais e Suplentes, que serão indicados pelos associados daquela base territorial e designados pela Diretoria, dentre os Associados na Base Territorial, radicados na correspondente Delegacia ou sub-sede, sendo obrigatório a apresentação de Certidão negativa do respectivo candidato ao posto.

CAPÍTULO VI

DA ELEIÇÃO

Art. 25º. - O mandato da diretoria, do conselho fiscal e dos representantes das comissões será de 3(três) anos, eleitos em escrutínio secreto através de assembléia geral convocada especialmente para este fim , em somente um turno , sendo eleita a chapa que obtiver maior numero de votos validos.

Parágrafo Primeiro: O Presidente, o Tesoureiro e o Secretário deverão prestar seus serviços diretamente na sede do Sindicato e farão justo a uma remuneração mensal aprovada por toda a diretoria no inicio de cada exercício fiscal.

Parágrafo Segundo: A eleição para composição da Diretoria, Conselho Fiscal, será realizada por escrutínio secreto, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias, antes do término do mandato em vigência, observados os seguintes princípios:

I – convocação por edital que mencione data local e hora da votação, prazo para registro de chapas, horário de funcionamento da Secretaria, prazo para impugnação de candidatos,

II – as chapas conterão candidatos suficientes para o preenchimento dos cargos de Diretoria, Conselho Fiscal e respectivo suplentes;

III – Para candidatar-se aos Cargos de Presidente, Tesoureiro e Secretário Geral, os candidatos deverão obrigatoriamente apresentar no ato do registro de sua chapa a respectiva Certidão Negativa CRIMINAL comprovando sua idoneidade para representar a classe, sob pena de indeferimento do registro.

IV – sigilo e inviolabilidade do voto, garantidos pela utilização de cédula única e cabine indevassável, para a votação.

Parágrafo Terceiro: Os Despachantes de outras cidades, que não Uberlândia, filiados a este Sindicato poderá exercer o voto, desde que:

I - Para votar é necessário que esteja devidamente credenciado, em dia com o Sindicato Dos Despachantes do Triângulo Mineiro, e na mesma medida para ser votado, o candidato deve comparecer com sua Credencial de Despachante expedida pelo Órgão, e apresentar-se com:

- a) comprovante do efetivo exercício da atividade profissional
- b) a Credencial de Despachante;
- c) ser associado do Sindicato Dos Despachantes do Triângulo Mineiro no mínimo de 6 (seis) meses.
- d) não estar incurso em quaisquer das inelegibilidades previstas neste Estatuto;
- e) não estar ou ter sido condenado por crime doloso, enquanto persistir os efeitos da pena, até que consumada sua condenação.

II - O Edital de que trata o inciso I, será afixado na sede do Sindicato Dos Despachantes do Triângulo Mineiro e, um aviso resumido de seu conteúdo será publicado em jornal de grande circulação na base territorial do Sindicato Dos Despachantes do Triângulo Mineiro ou no Diário Oficial do Estado.

III - As normas eleitorais, quando baixadas nos termos do artigo anterior, não poderão sofrer quaisquer alterações, desde 30 (trinta) dias antes da publicação do Edital, até a posse dos eleitos.

IV – A posse dos eleitos acontecerá na sede do Sindicato Dos Despachantes do Triângulo Mineiro, podendo ser:

- a) - em sessão solene ou meramente administrativa, mas obrigatoriamente deverá ser lavrada uma ata que será devidamente registrada.

V – Se a eleição não for realizada em virtude de decisão judicial, os mandatos dos membros dos órgãos de direção e de representação do Sindicato Dos Despachantes do Triângulo Mineiro serão prorrogados automaticamente, até a posse dos eleitos.

À DIRETORIA COMPETE

- Art. 26º.** - a) Dirigir o Sindicato de acordo com a presente Estatuto, administrar o patrimônio social e promover o bem geral dos Associados e da categoria representada;
- b) Elaborar os regimentos de serviços necessários subordinados a este Estatuto;
 - c) Cumprir e fazer cumprir as leis em vigor e as determinações das autoridades competentes, bem como os Estatutos, regimentos e resoluções próprias e das Assembleias Gerais;
 - d) Fazer organizar por contabilista legalmente habilitado o orçamento anual que será aprovado em escrutínio secreto;
 - e) Determinar os valores de gratificação a serem pagas aos Associados que prestem serviço efetivo ao Sindicato, quando se afastarem para isto de suas atividades profissionais.

- f) Organizar a escrituração contábil, que será baseada em documentos da receita e despesa, que ficará a disposição dos responsáveis pelo acompanhamento da fiscalização financeira da própria Entidade.
- g) Ao término do mandato a Diretoria fará prestação de contas de sua gestão no exercício financeiro correspondente.
- h) Aplicar penalidades previstas neste Estatuto.
- i) Reunir-se em sessão ordinária, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o Presidente ou a sua maioria convocar;
- j) apresentar à Assembléia Geral Ordinária o relatório e contas de sua gestão;
- c) Zelar pelo patrimônio material do Sindicato, assim como enumerá-lo, a fim de se obter informações sobre o passivo imobilizado;
- m) compor a tabela de honorários;

AO PRESIDENTE COMPETE

- Art. 27º.** - a) Representar legalmente o Sindicato perante a Administração Pública e em Juízo, podendo nesta última hipótese delegar poderes;
- b) Presidir os trabalhos da Diretoria e quando julgar necessário, dos órgãos, comissões e departamentos da Entidade;
- c) Convocar as sessões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- d) Assinar as Atas das sessões, o orçamento anual e todos os papéis que dependem de sua assinatura, como também rubricar os livros da Secretaria e Tesouraria;
- e) Nomear funcionários e fixar seus vencimentos, consoante necessidade de serviço, bem como firmar convênios necessários à assistência ou bom andamento da administração;
- f) Ordenar as despesas autorizadas e visar os cheques e contas a pagar, de acordo com o Tesoureiro;
- g) Não tomar deliberações que interessem a categoria sem prévio pronunciamento da Diretoria;

AO SECRETÁRIO COMPETE

- Art. 28º.** - a) Substituir o Presidente em seus impedimentos;
- b) Preparar a correspondência do expediente do Sindicato;

- c) Ter sob sua guarda o arquivo;
- d) Redigir e ler as atas das sessões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- e) Dirigir e fiscalizar os trabalhos da Secretaria;
- f) Secretariar as reuniões da Diretoria;
- g) Secretariar as Assembleias Gerais.

AO TESOUREIRO COMPETE

Art. 29º. - a) Substituir o Secretario em seus impedimentos;

- b) Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores do Sindicato;
- c) Assinar com o Presidente, os documentos de movimento de valores, de depósitos bancários, recibos, cheques e outros títulos, efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;
- d) Apresentar ao Conselho Fiscal, mensalmente o balancete, demonstrativo de receita e despesas do mês anterior, e um balancete anual.
- e) Receber do seu antecessor e passar ao seu sucessor todos os valores e bens mediante recibo;
- f) Recolher as disponibilidades do Sindicato ao Banco de reconhecida idoneidade.

Parag. Único – É vedado ao Tesoureiro conservar em seu poder por mais de um dia útil a importância superior a um salário mínimo vigente.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 30º.- O Conselho Fiscal terá como Presidente e Secretario 02 (dois) de seus membros eleitos.

Parag. Único – Lavrar-se-á ata de suas reuniões em livro próprio devendo a aprovação ocorrer ao final da reunião, onde todos os presentes deverão opor suas assinaturas.

Art. 31º.- O Conselho Fiscal só funcionará com a presença mínima de 02 (dois) membros.

AO CONSELHO FISCAL COMPETE

Art. 32º.- a) Examinar, dando parecer, anualmente, ou quando extraordinariamente for convocado para esse fim, as contas da Diretoria;

- b) Examinar as contas da Diretoria no ano em que coincidir término de mandato, exarando parecer para que haja aprovação da Assembleia Geral por

ocasião das transferências de cargos;

c) Ter a seu cargo todos os serviços de fiscalização e sindicância em geral do Sindicato para os setores patrimoniais e financeiros.

d) Dar parecer sobre o orçamento do Sindicato para o exercício financeiro;

e) Opinar sobre as despesas extraordinárias;

f) Dar parecer sobre o balanço do exercício financeiro e lançar no mesmo seu visto;

g) Visar nas ocasiões de apreciação de contas, o livro diário;

Parág. Único – O parecer sobre o balanço do exercício financeiro e previsões orçamentárias e suas alterações deverá constar da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária para este fim convocada.

Art.33º. - De quaisquer resoluções do Conselho Fiscal caberá recurso por qualquer de um dos seus membros ou associados, no prazo de 15 (quinze) dias, para a Assembleia.

DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 34º.- Fica Instituída a Comissão de Ética, nos termos este Estatuto e será formada por três membros indicados pela Diretoria eleita, a qual compete:

a) Cumprir e fazer cumprir o Código de Ética profissional;

b) Alertar o Associado faltoso sobre as penalidades cabíveis;

c) Encaminhar à Diretoria e Conselho Fiscal, as sugestões advindas dos Associados, as faltas cometidas pelos Associados e o relatório de suas atividades;

DA COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER

Art.35º.- Fica Instituída a Comissão de Esportes e Lazer , nos termos este Estatuto e será formada por três membros indicados pela Diretoria eleita, a qual compete: a) Promover a integração entre os Associados e entre esses e seus familiares;

b) Promover atividades esportivas ou de lazer entre os associados ou com sua participação;

c) Encaminhar à Diretoria e Conselho Fiscal um relatório de suas atividades, que solicitado.

DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 36º.- Fica Instituída a Comissão de Assistência Social nos termos este Estatuto e será formada por três membros indicados pela Diretoria eleita, a qual compete:

a) Assegurar o bem estar físico dos Associados e seus familiares;

b) Manter contatos com os órgãos competentes no intuito de angariar recursos para o Patrimônio do Sindicato;

DOS DELEGADOS SINDICAIS

Art. 37º. °. - Aos Delegados Sindicais compete, dentro do território de sua Delegacia, representar o Sindicato perante os órgãos competentes e aos Associados.

CAPÍTULO VI

DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Art. 38º. - As Assembleias Gerais são soberanas nas resoluções contrárias às leis vigentes e a estes Estatutos;

Suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos em relação ao total dos Associados, em primeira convocação e, em segunda, por maioria dos votos dos Associados presentes, salvo os casos previstos neste Estatuto.

Parag. Único – A convocação da Assembleia Geral será feita por Edital publicado com antecedência mínima de 03 (três) dias, em Jornal de grande circulação na base territorial do Sindicato afixada em locais de trabalho, ouvidos neste caso, os responsáveis pelo estabelecimento, bem como na Sede Social e nas Delegacias.

Art. 39º. - Realizar-se-ão as Assembleias Gerais Extraordinárias observadas as prescrições seguintes:

a) Quando o Presidente ou a maioria da Diretoria do Conselho Fiscal julgar conveniente.

b) A requerimento dos Associados, em número de metade mais um dos Associados de toda a base territorial, os quais especificarão pormenorizadamente os motivos da Convocação.

Art. 40º. - A convocação da Assembleia Geral Extraordinária quando feita pela maioria da diretoria, pelo Conselho Fiscal ou pelos Associados, não poderá opor-se o Presente do Sindicato, que terá de tomar providências para a sua realização dentro de 5 (cinco) dias, contados da entrada do requerimento em secretaria.

Parag. 1o.-Deve comparecer à respectiva reunião, sob pena de nulidade da mesma, a maioria dos que a promoveram.

Parag. 2o.- Na falta de convocação pelo Presidente, fá-lo-ão, expirado o prazo marcado neste artigo, aqueles que deliberaram realizá-la com audiência da autoridade competente.

Parag. 3o.-As Assembleias Gerais Extraordinárias só poderão tratar dos assuntos para que forem convocadas.

CAPÍTULO VII

DA PERDA DO MANDATO

Art. 41º. - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal perderão seu mandato nos seguintes casos:

- a) Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- b) Grave violação deste Estatuto;
- c) Abandono do cargo na forma prevista no parágrafo do art.39;
- d) Aceitação ou solicitação de transferência que importe no afastamento do exercício do cargo;

Parag. 1o. - A perda do mandato será declarada em Assembleia Geral.

Parag. 2o. - Toda a suspensão ou destituição de cargo administrativo deverá ser precedida de notificação que assegure ao interessado o pleno direito de defesa, cabendo recurso na forma deste Estatuto.

Art. 42º. - Na hipótese de perda do mandato, as substituições se farão de acordo com o art. 42 deste Estatuto.

Art. 43º. - A convocação dos suplentes, quer para a Diretoria ou para o Conselho Fiscal, compete ao Presidente ou ao seu substituto legal e obedecendo a ordem da menção da chapa eleita.

Art. 44º. - Havendo renúncia ou destituição de qualquer membro da Diretoria, assumirá, automaticamente, o cargo vacante o substituto legal, previsto neste Estatuto.

Parag.1o.- Achando-se esgotada a lista de membros da diretoria, serão convocados os suplentes que ocuparão os últimos cargos.

Parag.2o.-Em se tratando de renúncia do presidente do Sindicato, será notificada, igualmente por escrito e com firma reconhecida, ao seu substituto legal que, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, reunirá a Diretoria, para a ciência do ocorrido.

Art. 45º. - Se ocorrer a renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal e se não houver suplente, o Presidente ainda que resignatário, convocará Assembleia Geral a fim de que esta constitua uma Junta Governativa Provisória, dando a ciência à autoridade competente.

Art. 46º. - A Junta Governativa Provisória, constituída nos termos do artigo anterior, procederá as diligências necessárias à realização de novas eleições para a investidura dos cargos da Diretoria e do Conselho fiscal de conformidade com as instruções em vigor.

Art. 47º. - No caso de abandono de cargo, processar-se-á na forma dos artigos anteriores, não podendo, entretanto, o membro da Diretoria ou Conselho Fiscal, que houver abandonado o cargo, ser eleito para qualquer mandato de administração sindical ou representação durante 5 (cinco) anos.

Parag. Único – Considera-se abandono do cargo a ausência não justificada a 3 (três) reuniões ordinárias sucessivas da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

Art. 48º. - Ocorrendo o falecimento do membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, proceder-se-á na conformidade do art. 36. e seus parágrafos.

CAPÍTULO VIII

DO PATRIMÔNIO DO SINDICATO

Art. 49º. - Constitui patrimônio do Sindicato:

- a) As contribuições daqueles que participem da categoria profissional representada, consoante alínea “f”, do artigo 4o.;
- b) Doações e legados;
- c) As contribuições dos associados;
- d) Os valores e bens adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidos;
- e) Aluguéis de imóveis e juros de títulos depositados;
- f) As multas, protocolos e outras rendas eventuais;

Parag. Único – Nenhuma contribuição poderá ser imposta a Associados além das determinadas em lei e na forma do presente Estatuto.

Art. 50º. - A administração do patrimônio do Sindicato constituído pela totalidade dos bens que o mesmo possuir compete à Diretoria.

Art. 51º. - Os títulos de renda e os bens imóveis só poderão ser alienados mediante permissão expressa em Assembleia Geral.

Art. 52º. - No caso de dissolução do Sindicato, o que só se dará por deliberação expressa da Assembleia Geral para esse fim convocada, e com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos Associados quites, o seu patrimônio, pagas as dívidas legítimas decorrentes de duas responsabilidades em se tratando de numerário em caixa ou bancos de credores diversos, será depositado em conta bloqueada na Caixa Econômica Federal- “Conta depósito de arrecadação sindical – Governo Federal (com especificidades a serem informadas à época) e será restituído, acrescido dos juros bancários respectivos, ao Sindicato da mesma categoria que vier a ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53º. - Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações da Assembleia Geral, concernentes aos seguintes assuntos:

- a) Eleição dos associados para representação da respectiva categoria prevista em lei;

- b) Tomada e aprovação das contas da Diretoria;
- c) Aplicação do patrimônio;
- d) Julgamento dos atos da Diretoria relativos a penalidades impostas a Associados;
- e) Pronunciamento sobre relações de trabalho ou dissídios coletivos de trabalho.

Art. 54º. - Não havendo disposição especial em contrário, prescreve em 2 (dois) anos o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de disposição contido neste Estatuto.

Art. 55º. - Quando para o exercício do mandato tiver o Associado que se afastar do seu trabalho, poderá a Diretoria lhe arbitrar gratificação, nunca excedente da importância de sua remuneração, auferida em suas atividades profissionais.

Art. 56º. - O presente Estatuto entrará em vigor na data do despacho que o aprovar e só poderá ser reformado por uma Assembleia Geral para esse fim convocada.

Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Uberlândia, 16 de Março 2016

Chafi Cecin
Presidente